

ESBARRO NO HOJE, RECUO NO TEMPO, GALOPE NA HISTÓRIA

(Notas preliminares para um estudo das relações Cuiabá-Chapada)¹

Carlos Rosa²

APRESENTAÇÃO

Quando a Acrimat realizou no ano passado a Primeira Cavalgada Tope de Fita, de Cuiabá a Chapada dos Guimarães, não podia prever ainda o alcance histórico, turístico, de lazer e ecológico do evento.

Chapada possui um carisma especial que transforma positivamente tudo que lhe diz respeito.

Quando nos mobilizamos neste final de 1994 para a Segunda Cavalgada, já encontramos um clima de animação e uma forte motivação histórica, cultural-turística e de lazer agora valorizada pelo resgate histórico levantado pelo historiador Carlos Alberto Rosa.

Este levantamento está condensado nesta publicação.

A cada passo que os nossos cavaleiros de todas as idades e profissões derem nesta cavalgada, estarão pisando em chão rico de História.

Passarão por estradas onde circulavam as tropas cargueiras dos nossos antepassados, as mulas carregadas de ouro dos bandeirantes e garimpeiros, os carros de bois, as boiadas, os cavaleiros, as missões religiosas de antigos missionários, os cortejos de casamentos e a vida do Mato Grosso histórico.

Hoje voltamos ao passado, valorizando o presente com a história de antigos cavaleiros.

Cuiabá, 01 de dezembro de 1994

Jurandir Spinelli

*Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso
ACRIMAT*

ESBARRO NO HOJE, RECUO NO TEMPO, GALOPE NA HISTÓRIA³

As relações entre a “serra” da Chapada e a “baixada” cuiabana são fenômenos naturais e culturais de longíssima duração. Milenares.

Mesmo deixando de analisar os aspectos paleo-geológicos dessas relações, resta inevitável constatar o caráter milenar da presença do **homo sapiens sapiens** na “serra” e na “baixada”. As gravuras e pinturas rupestres nos sítios Bicho Morto, Morro Só, Letreiro dos Bugres, Pedra Preta, Frei Kanuto, Abrigo da Sede, Corda Sem Fim, Gruta da Lagoa e Xavier⁴, embora ainda não estudadas sistematicamente, dificilmente revelar-se-ão estranhas à presença de grupos humanos organizados, há cerca de 11 mil anos, no Vale do São Lourenço ao Cuiabá/Coxipó⁵.

Em período bem mais curto, cerca de 300 anos, essas relações são mais documentadas.

É de 1672-73 a primeira passagem de bandeirantes pela Chapada. Antonio Pires de Campos, o primeiro desse nome, à época com mais ou menos 14 anos, acompanhou seu pai, Manuel de Campos Bicudo, em incursão pelo Planalto Central, - do que deixou depoimento a Antonio do Prado Siqueira:

“Noticias que me participou muitas vezes Antonio Pires de Campos, o velho(...) [que] fora ele dito Antonio Pires, sendo de idade de quatorze anos, com seu pai Manuel de Campos, que era o Cabo que governava a tropa de sessenta homens armados(...) Da cachoeira da Chapada, sitio que é hoje [1769] de Martinho de Oliveira (Gago), dizia o dito Antonio Pires que partiram(...) Vila do Cuiabá, em 27 de agosto de 1879. Antonio do Prado Siqueira.”⁶

O Padre José Manuel de Siqueira, por sua vez, situou no tempo essa incursão por Chapada:

“Por volta de 1672, a bandeira de Manuel da Campos

*Bicudo sobe o rio Cuiabá até São Gonçalo Velho, de onde busca a Chapada de São Jerônimo e passa ao Paranatinga e prossegue ao Norte em busca dos índios Coroá(...)*⁷

Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, ampliou um pouco mais o registro dessa incursão, no verbete “**Canastra** (Serra da)”, de seu “*Apontamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso*”:

*“Nome que os antigos sertanistas davam à serra que se avista de Cuiabá e onde, no quadrante de NE, nota-se um morro, cujo cume parece cortado horizontalmente, o que lhe dá a figura de uma Canastra. Refere-se o Padre José Manuel de Siqueira, que Antonio Pires de Campos, Bartolomeu Bueno da Silva, com numerosa comitiva, foram naquelas paragens acometidos de uma grande tempestade: abrigaram-se no morro da Canastra e acolhidos nas suas cavidades, por ocasião dos relâmpagos, bradavam por São Jerônimo: ficando denominados até o presente serras e morro de São Jerônimo.”*⁸

É interessante observar que em seu trabalho *Topônimos Bororo na Microbacia do Rio Cuiabá*, Antônio João de Jesus e José Guilherme A. Lima indicam como topônimo bororo para o morro de São Jerônimo a expressão **Bokodóri-ri**, ou seja, “morro do tatu canastra”.⁹ A coincidência do léxico “**canastra**” em denotações diferentes, parece aqui digna de atenção. O assim chamado “tatu canastra”, corresponde em Tupi ao “**tatu açú**”; a presença de índios pertencentes ao universo lingüístico do tronco Tupi nas bandeiras paulistas, além da maioria mameluca que falava a ‘Língua Geral’ sempre foi uma constante; teria a expressão “**Bokodóri-ri** sido traduzida para “tatu-açú”, na Língua Geral” e desta para “tatu canastra”, - que, com o tempo, reduziu-se a “canastra”, já agora denotando não um animal, mas um objeto cultural referencialmente europeu, a partir do étimo greco-latino?

Entre 1716 e 1719, as bandeiras de Antonio Pires de Campos e Pascoal Moreira Cabral Leme deram início à ocupação das então chamadas “Minas Novas do Cuiabá”, cuja abrangência territorial do Ribeirão dos Cocais (atual

Livramento) às cabeceiras do Rio Coxipó-Mirim, - e do Rio Coxipó-Açú ao Rio Aricá-Mirim.

Em 1719, encontrando ouro no rio Coxipó-Mirim, a bandeira de Pascoal Moreira Cabral arraialou-se nas proximidades do ponto onde o Coxipó deságua no rio Cuiabá, “*lugar onde se acha hoje a Capela de São Gonçalo*”, escrevia nos anos 1779 José Barbosa de Sá:

“Aos oito dias do mês de abril da era de mil setecentos e dezenove anos, neste Arraial do Cuiabá fez Junta o Capitão Mor Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros e ele requereu a eles este Termo de Certidão, para notícia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó, invocação de Nossa Senhora da Penha de França (...)”¹⁰

Esse documentos, transcrito na íntegra por Barbosa de Sá, pode propiciar, na parte aqui citada, alguns equívocos - se lido à ligeira. Assim, por exemplo, a afirmação “*neste Arraial do Cuiabá*”, pode ser entendida como referência ao arraial que só teve início cerca de 4 anos depois, onde hoje está o **centro histórico** da atual cidade de Cuiabá. Mas a incorreção dessa interpretação fica evidenciada, se observar-se que o **rio** Coxipó é considerado **ribeirão** no documento, - o que subordina-o ao **rio** Cuiabá, este topônimo dominante para toda a região; nestes termos, pode-se entender que embora o arraial fosse propriamente na área do Coxipó, por estar na confluência deste com o Cuiabá, predominou o topônimo maior, dominante, - “*arraial do Cuiabá*”. Um outro detalhe que não deve passar despercebido, é a afirmada invocação de **Nossa Senhora da Penha de França**. Tal invocação mariana, presente no Brasil desde fins do século XVI, **não foi** a invocação do arraial elevado a Vila tendo como protetor o **Senhor Bom Jesus** (do Cuiabá).

Em fins de 1720, com a chegada de novos imigrantes, dentre os quais 4 religiosos: o Carmelita frei Florêncio dos Anjos, o Franciscano Frei Pacífico dos Anjos, os seculares Padre André dos Santos Queiróz e Padre Jerônimo Botelho, - ocorreu mudança e/ou duplicação do arraialamento:

“Chegados ao arraial que é hoje a Capela de São Gonçalo, mudaram-se todos para o Coxipó acima, lugar chamado

hoje a Forquilha, onde formaram arraial e levantaram igreja com o título de Nossa Senhora da Penha de França, celebraram-se ofícios divinos, sendo o primeiro que fez vezes de Capelão, por eleição comum, o padre Jerônimo Botelho e depois o Padre André dos Santos Queiróz(...).¹¹

Augusto Leverger indica o dia 21 de fevereiro de 1721 como o da celebração da primeira missa na Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, tendo como celebrando o Padre Jerônimo Botelho. Contudo, tendo pouco antes afirmado que já em 1719 tinha sido formado “*um arraial no lugar da Forquilha*”, evidente contradição com o que fora registrado cerca de um século antes por Barbosa de Sá (que cita em outras passagens), não esclarece o lapso de dois anos entre a “*formação do arraial*” e o surgimento de templo e celebração da “*primeira missa*”.¹²

Entre 1719 e 1721, portanto, bandeirantes e colonizadores afirmaram, principalmente através do arco fluvial do Coxipó-Mirim, a ocupação da área entre o rio Cuiabá e a Chapada.

A 25 de junho de 1726, ainda na cidade de São Paulo, estando de partida para estas “*Minas do Cuiabá*”, o governador e Capitão-General Rodrigo César de Menezes passou Carta de Sesmaria ao Tenente-Coronel **Antônio de Almeida Lara**, com área de “*uma légua em quadra*”, na “*Chapada*”. Até o momento, esta pode ser considerada a primeira Carta de Sesmaria do que veio a ser a Capitania de Mato Grosso. Mas há ainda, nessa primeira titulação em terra, um outro detalhe importante: **Antônio de Almeida Lara** afirmava, em sua petição, se “*estante nas Minas do Cuiabá, e sitiado e afazendado na Chapada*”, havia já **seis anos**, portanto, desde 1720, montando na “*Chapada*” uma “*fazenda de roças, canaviais e criações*”, “*com engenho*”, em que empregava “*mais de trinta escravos*”.¹³ Portanto, quase que simultaneamente à descoberta de ouro no Coxipó-Mirim por Pascoal Moreira Cabral, Antônio de Almeida Lara fixara-se na Chapada, “*sitiado e afazendado*”, Mas não exclusivamente movido por objetivos de produção agrícola: teria descoberto ouro no ribeirão Queimado, que com o Inferno, o São João e o Santo Antônio, aparentemente bordejavam a serra e foram explorados em 1719-1720, tendo depois, ao que tudo indica, recebido outras designações.¹⁴

É necessário registrar aqui que José de Mesquita questiona “*ter sido Lara o introdutor da cana-de-açúcar na Chapada*”, levantando a hipótese de isso ter ocorrido na **Chapada do Mato Grosso** (Guaporé). Aprofunda suas dúvidas afirmando que “*É para notado ainda o fato de não constar na relação das sesmarias concedidas em Mato Grosso, nos anos de 1726 e seguintes, nenhuma de nome Chapada do T^o C^{el} Almeida Lara*”. As provas documentais aqui referidas corrigem esta última afirmação de Mesquita. Aparentemente o grande historiador cuiabano consultou apenas o **índice** elaborado por Campos Aguirre, - **sem deter-se na leitura das Cartas de Sesmarias** concedidas por Rodrigo César de Menezes em 1726-1727. Esta suposição fica reforçado pelo fato de Mesquita referir as Sesmarias de Lanhas Peixoto e Plácido de Moraes, cujas Cartas referem claramente, na Chapada, a Sesmaria de Almeida Lara. Não é gratuito, portanto, que Mesquita refira sempre um Engenho na Chapada **em 1727**, fundando-se em Cabral Camelo: cautela compreensível.¹⁵

As alterações de topônimos, que talvez coincidam com alterações do próprio ambiente, decorridos 274 anos de ocupação predatória/colonizadora da área aqui em questão, representam “problemas” estimulantes - e não apenas para a pesquisa histórica. É, entre outros, o caso dos ribeirões Forquilha, Inferno e Queimado. Em inícios de 1727, por exemplo, Luís Castanho de Almeida e Manoel de Moraes Navarro solicitaram (e receberam) Carta de Sesmaria com a justificativa de que:

“(...)pretendiam fazer um serviço da água para minerarem em o ribeirão chamado do Inferno, que fazia barra no ribeirão da Forquilha; e porque era de grande utilidade aos Suplicantes cultivarem mantimentos naquela vizinhança para seu sustento e dos escravos(...) e se achavam também devolutas outras capoeiras na paragem chamada a Bocaina(...) e bem assim as acima declaradas, no dito ribeirão chamado o Queimado(...)”¹⁶

Dada a proximidade, no texto da justificativa, dos topônimos **Forquilha** e **Inferno** (sendo a localização do primeiro razoavelmente conhecida), com o topônimo **Bocaina**, que conota vão de serra, além do topônimo **Queimado**, é sustentável afirmar-se que mineração e produção de subsistência pontuavam um eixo Cuiabá-Chapada desde os primeiros anos da colonização da área cuiabana.

No caso de **Antônio de Almeida Lara**, é possível que o ouro do **Queimado** tenha contribuído para que ele possuísse **cavalos** na Chapada, em época em que esse recurso era ainda raríssimo nas “Minas do Cuiabá”:

“O seu tratamento foi sempre igual à sua distinta qualidade; porque em tempo que para ir ao Cuiabá um cavalo, se conduzia embarcado em canoa, desde o porto de Araritaguba até as minas, e por isso se reputavam por preços exorbitantes, Antônio de Almeida os possuía muitos bons.”¹⁷

Correlações originárias: Minas do Cuiabá/Chapada, mineração/produção de subsistência (inclusive canavieira), primeiro titular de sesmaria na Chapada precoce de cavalos.

A sesmaria de **Antônio de Almeida Lara** tornou-se, desde logo, referencial na ocupação inicial da Chapada. Doze dias após sua chegada ao Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, a 27 de novembro de 1726, o Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, firmava Carta de Sesmaria ao Ouvidor Assessor Dr. Antônio Álvares Lanhas Peixoto, concedendo-lhe uma légua em quadra no “*sítio da Chapada*”, “*dos marcos da Sesmaria do Tenente-Coronel Antonio de Almeida Lara, correndo para o Nascente*”; logo depois, a 9 de dezembro, o Governador passava nova Carta de Sesmaria a seu Secretário, Gervásio Leite Rabelo, de légua em quadra, “*confrontando com a Sesmaria do Dr. Antônio Álvares Lanhas Peixoto*”, e a 12 do mesmo mês, fazia outra concessão, a Plácido de Moraes, “*confrontando com Antonio de Almeida Lara*”. Este último caso, ao contrário dos dois anteriores, revela ocupação de terras na área da Chapada mais ou menos ao mesmo tempo do pioneiro Almeida Lara: Plácido de Moraes declarava que:

“(...)se achava morador nas vizinhanças da Chapada havia quatro para cinco anos(...)”¹⁸

Desde 1721-1722, portanto.

Nesse mesmo período, 1726-1727, outras Sesmarias foram concedidas, entre a já então Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá¹⁹ e a Chapada: no Coxipó-Açú, na Bocaina-Forquilha, no Rio Queimado, no Coxipó-Mirim.

É ainda difícil saber a intensidade de “*posses*” ou ocupações não tituladas nessa área.

A importância da propriedade de **Antônio de Almeida Lara**, porém, ficou consagrada. Escrevendo em São João Del Rei, nas Gerais, por volta de 1734, lembrava João Antônio Cabral Camelo:

*“Quando eu cheguei ao Cuiabá, que foi em 21 de novembro de 1727, não havia nele mais que um único engenho, dez ou doze léguas distantes da Vila, no sítio onde chamam a Chapada(...)”*²⁰

Também os cronistas José Barbosa de Sá e Joaquim da Costa Siqueira deixaram clara a importância da propriedade de Almeida Lara, ao frisarem que o Ouvidor Assessor, Antônio Álvares Lanhas Peixoto, desentendendo-se com o Governador e Capitão-General Rodrigo César de Menezes, “*foi para a Chapada e casa*” de Lara, “*por onde andou alguns tempos em descobrimento de ouro e caçando perdizes*”.

Em 1736-1737 foi aberto um “*caminho de terra*” ligando a Vila do Cuiabá à vila Boa dos Goiazes (hoje Goiás Velha), em certa medida intensificando o trânsito Cuiabá-Chapada. O roteiro exato desse “*caminho de terra*” ainda está por ser estabelecido. José Gonçalves da Fonseca, escrevendo por volta de 1750, indica um trajeto que partia de Goiás;

*“Também de Goiazes se abriu caminho para o Cuiabá, cortando a oeste, atravessando as cabeceiras dos rios Claro, Pilões e depois a do Bacairi e Mortes, fazendo estrada ao norte da cordilheira, a qual se atravessa para o sul e se busca o rio Cuiabá pela sua cabeceira. Haverá nesta derrota três meses de jornada, em que não há mais perigo que o do gentio Caiapó.”*²¹

A esse roteiro em arco amplo, João Barbosa de Faria opunha outro, 170 anos depois, embora sem indicar fonte precisa:

“(...)Em 1737, com o caminho que Antônio de Pinho Azevedo abriu entre essa Vila [Cuiabá] e a de Goiás. A vereda foi tirada de Cuiabá a Sant’Ana da Chapada; deste

ponto à alta cabeceira do rio Manso, seguindo-lhe a costa, à distância, até 14° 30' Lat. e 8° 50' de longitude (Rio de Janeiro), donde rumou para o rio Grande do Araguaia, que ela atravessou na latitude de 16°35'."²²

Este roteiro, delineado por Faria, parece por um lado mais aceitável, por referir o rio Grande, ou Araguaia, omissos no roteiro de Fonseca; por outro lado, porém, parece anacrônica a referência ao topônimo "**Sant'Ana da Chapada**" em 1736, já que, como será visto mais à frente, essa denominação só passou a vigorar 15 anos depois. Contudo, será talvez o caso de estar Faria referindo região próxima às propriedades de Antônio de Almeida Lara e outros. A abertura do "caminho" decisivamente, favoreceu o aumento criatório de "*gado vacum e cavalas*" nas vizinhanças da Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Mas este fomento à criação eqüina e vacum, além da suína, tem-se constituído em ponto polêmico.

Particularmente, a criação eqüina, que José Barbosa de Sá deslocou ao período posterior à abertura do "caminho", ou seja, 1737²³. Segundo este cronista, antes de 1737 inexistiriam cavalos no Distrito da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Pedro Taques de Almeida Leme refutara já essa afirmação, como ficou exposto acima.²⁴ Por mais trabalhoso e deficitário que possa ter sido o transporte fluvial de eqüinos através das primeiras monções fluviais, alguns (pelo menos) atingiram as Minas Novas e o Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá **antes de** 1736-1737. Apesar de não se constituírem em provas conclusivas sobre esta questão, duas correspondências do Governador Rodrigo César de Menezes, de 1723 e de 1726, fornecem indícios sobre o transporte monçoeiro de cavalos para as Minas do Cuiabá;

"Vossa Mercê ficará registrando a gente que passar, como tem no Regimento que lhe dei e daqui por diante serão também as cargas e cavalgaduras as que pague(...)";

*"Pela abertura do novo caminho que fez o Sargento Mor Luiz Pedroso, pretendo fazer com que se introduza gado e cavalgaduras por ele nas ditas Minas [Cuiabá](...)"*²⁵

Recente dissertação de Mestrado, por sua vez, endossa informações de

Washington Luís sobre o pagamento de taxa de 3 oitavas de ouro (c. 10,75 gr.) “cada cabeça de *gado vacum ou cavalos*”, em 1726.²⁶

Cabral Camelo, já aqui citado, registrou com clareza a prática de transporte monçoeiro de gado de São Paulo para o Cuiabá:

“(...)ano de 1727 foram na minha tropa quatro ou seis novilhas pequenas e já no de 1730 ficaram algumas paridas(...) e cabras; e também o seria para cavalos se houvessem éguas nelas [nas Minas do Cuiabá](...)”²⁷

O **Anal de Vila Bela**, relatando eventos de **maio de 1736** (ou seja: um mês antes de Antônio pinho de Azevedo afrontar o sertão na abertura do “*caminho para Goiazes*”), registrou formalmente que o já então Brigadeiro Antônio de Almeida Lara, indo para os descobertos do Mato Grosso (área do Guaporé):

*“(...)mandou por terra a Inácio Pereira Leão a abrir o caminho do Cuiabá até o Paraguai [rio] (...)conduzindo o dito Leão o **gado e cavalos** do dito Brigadeiro até o Paraguai [rio], donde com o mesmo gado continuou Fernando Pais de Barros, a abrir o caminho até a passagem do Jaurú, pelo qual subiu o dito Brigadeiro com a sua comitiva(...)”²⁸*

Definitiva, porém é a narração do secretário de Rodrigo César de Menezes, Gervásio Leite Rabelo, escrita em Cuiabá a 1º de fevereiro de 1727, no trecho em que relata a chegada do Governador ao Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, a 15 de novembro de 1726:

“(...)às 9 horas chegou S. Exa. ao Porto Principal(...) se poz S. Exa. a cavalo e algumas pessoas mais, outras em redes e se marchou para o Arraial do Bom Jesus, onde se chegou às dez horas”.

Existiam, portanto, já em 1726, no Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, **cavalos** ao menos em número razoavelmente adequado ao uso das principais autoridades. Presumivelmente, o pequeno número tornava-os também fortes símbolos de prestígio e poder.

Com o que se vai evidenciando a existência (inquantificada, ainda), de “gado *vacum e cavalari*” nas Minas do Cuiabá, no período anterior à abertura do “caminho” terrestre para Vila Boa de Goiás.

Aberto o “caminho” para Goiás, iniciativa estimulada pelos novos descobertos de ouro no Mato Grosso e estratégica como alternativa às comunicações fluviais ameaçadas pelos Paiaguá e Guaicuru, assim como a um eventual recuo dos colonos portugueses frente a um ataque maciço das forças espanholas ocidentais (o que não ocorreu, e rigor, no século XVIII), - o comércio e as comunicações oficiais foram beneficiadas.

Isso ficou atestado já em 1737 por comunicação oficial:

*“Senhor: Indo com cinco dias de viagem para o novo descobrimento do Mato Grosso (...), me veio a notícia de ter chegado à Vila [do Cuiabá] o Capitão Antônio de Pinho e Azevedo de volta das Minas dos Goias para onde tinha partido em junho do ano passado com o emprego de abrir caminho destas para aquelas, o que muito se dificultava por ser sertão povoado de numeroso gentio(...); este caminho há de servir de grande utilidade à Fazenda de Vossa Majestade(...) e pelo mesmo caminho me consta vieram 400 e tantos cavalos, de que havia grande necessidade nestas terras(...)”*²⁹

O restante dos anos 1730 e todo o decênio dos 1740 foram muito mais preenchidos com iniciativas de consolidação da ocupação das fronteiras ocidentais da Capitania. No Centro, em particular nas relações Vila de Cuiabá/Chapada, apenas um contínuo, embora lento processo de ocupação das terras férteis, através da posse ou seguindo as normas do regime sesmarial.

Muito porém ainda está por ser investigado, sobre o cotidiano desse “lento processo de ocupação” nos eixos de relações Cuiabá/Chapada nos anos de 1730-40. Alguns indícios desse processo parecem interessantes. Em fins dos anos 1729 existia uma capela de Nossa Senhora da Conceição, nas Lavras e Arraial do mesmo nome, próximos de onde está hoje a torre do INPE. Nos anos de 1730 existia uma capela “de Santana” no rio Coxipó-Açú; em 1741 foi referida uma capela de Nossa Senhora da Conceição no “Distrito do rio

dos Peixes” e em 1742 outra capela de igual invocação na Forquilha; de 1742 a 1744 aparecem referências a uma capela de **Nossa Senhora do Rosário** no rio **Coxipó-Mirim**. Estas três últimas capelas, no espaço ainda vago mas identificável pelos topônimos **rio dos Peixes, Forquilha e Coxipó-Mirim**, - tendem a indicar que nos anos 1740 já não existia qualquer **devoção** que se explicitasse em oratório ou capela, mesmo particular, invocativa de **Nossa Senhora da Penha de França**. Embora isso ainda esteja a merecer melhor análise, é interessante notar que os atuais **Coxipó do Ouro** e “Arraial dos Freitas” a invocação predominante é a de **Nossa Senhora do Rosário** - ainda que exista em propriedade particular da área uma ermida com a imagem de **Nossa Senhora da Penha de França**, trazida mais recentemente.³⁰

Mas essas mudanças devocionais, de invocações, de oragos ou padroeiros, são indicativas da dinâmica de ocupação nos eixos do entre - Cuiabá/Chapada. Na Chapada propriamente dita existia, em 1742, uma capela da invocação de **Nossa Senhora da Piedade**. Não é ainda possível saber quando esta capela foi levantada.³¹

Mas só em 1787 foi formalmente desativada:

“(...)havia somente Capela filial, de Nossa Senhora da Piedade, distante da Matriz [de Chapada] légua e meia, a qual por estar arruinada e não haver quem a reparasse, a fiz profanar(...)”³²

Se chegou a ser Capela filial da Matriz de Chapada, é possível que tenha estado ativa até 1762 ou, na melhor das hipóteses, até 1780, como será visto a seguir.

Criada a Capitania de Mato Grosso em 1749, autonomizada da de São Paulo, só em janeiro de 1751 chegou à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá o seu primeiro Governador e Capitão General, D. Antônio Rolim de Moura Tavares. Dentre outros objetivos, vinha o Governador encarregado de criar Aldeamentos indígenas, para cuja administração trouxe dois **jesuítas**, o padre Estevão de Castro e Agostinho Lourenço. A nove de maio desse ano fez o governador realizar Junta, para a determinação do “*sítio em que se devia fazer a Aldeia dos Padres da Missão*”. Apesar de divergências formais entre os participantes da Junta, a escolha quanto à localização recaiu sobre a “Chapada”, onde o

Padre Estevão de Castro deu início à “Aldeia de Santa Ana”³³ ou “Santana”. A partir de então ocorreu mudança na toponímia da até então apenas “Chapada”: documentos dos anos 1750 e 1760 referem “Aldeia de Santana”, “Aldeia de Santana da Chapada”, “Missão de Santana”. Embora como já ficou comprovado, a invocação de **Santana** existiu no Cuiabá, em particular no Coxipó-Açú desde os anos 1730, é plausível supor que a adoção dessa invocação para a nova Aldeia evocava a imagem **catequética** da Santa Mãe da Virgem Maria.

A implantação inicial da “Aldeia/Missão de Santana da Chapada” foi praticamente imediata, através da **compra** pelo Governador e Capitão-General, de propriedade pré-existente:

*“Senhor: Vossa Majestade foi servido ordenar-me na sua real instrução, que chegado que fosse a estas Minas escolhesse sitios para formar aldeias, aonde se recolhessem os índios mansos que se achassem dispersos em poder dos chamados administradores, pedindo ao Provincial da Companhia de Jesus do Brasil Missionário, tanto para estas, como para as mais que de novo de fossem formando(...) Satisfazendo a esta Ordem, trouxe logo comigo do Rio de Janeiro dois Missionários da Companhia, fazendo comprar na mesma cidade todas aquelas coisas que para a fundação da primeira Aldeia poderiam ser precisas(...) Chegando a estas Minas busquei logo sitio para a Aldeia e considerando a demora que havia de ter e despesa, mandar plantar os frutos necessários, levantar igreja e fazer casas, instando tanto também a minha partida para o Mato Grosso, e a concorrência dos índios que vinham buscar os Missionários, fugindo a maus tratos e rigor dos administradores, me resolvi comprar as benfeitorias de um sitio que se achava sem Carta de Sesmaria, pelo preço de oitocentas oitavas (cerca de 2,9 quilos de ouro), por ser no **lugar mais sadio** deste distrito, tendo além de bons matos para plantas, já na terra os frutos mais precisos e em termos de se colherem, e juntamente **casas e capela**(...)”³⁴*

Não é por ora possível saber de quem foram compradas as “benfeitorias” (plantações, casas e capela) desse sítio “*sem Carta de Sesmaria*”.

Trinta e cinco anos depois, em 1786, escrevia Joaquim da Costa Siqueira ácida e discordante versão sobre as origens da Aldeia/Missão de Santana:

“(...)sua fundação não foi no lugar em que hoje se acha e sim na paragem chamada hoje [1786] Aldeia Velha, distante da nova, de que tratamos, meia légua para a parte desta Vila(...) Foi estabelecida a expensas da Fazenda Real e com índios já mansos, tirados da administração destes moradores à escolha e satisfação dos ditos padres, de sorte que todas as vezes que sabiam onde se achava algum índio, com esta ou aquela habilidade, logo se tirava ao administrador e se conduzia para a missão, sem atenção alguma. Cuidaram os ditos padres em edificar para a sua assistência propriedade coberta de telha, mas não praticaram o mesmo com a palhoça de que temos falado, em que armaram um altar que forraram de papéis pintados, onde colocaram a Senhora Santa Ana com a Virgem no meio e nos lados a Santo Inácio de Loyola e São Francisco Xavier, aquele ao do Evangelho e este ao da Epístola, - e desta forma se conservou aquela palhoça, assim no tempo em que eles aí existiram, como depois, em que se proveu à vista da Real Fazenda, capelão secular, que foi o padre Simão de Toledo Rodovalho, natural da Capitania de São Paulo, em cujo tempo se erigiu em Freguesia [1762], em atenção aos moradores que havia por aquele circuito, a quem era dificultosíssima a assistência do pasto espiritual pelo pároco desta Vila(...)”³⁵

Entre a Aldeia/Missão de Santana da Chapada e a Vila do Cuiabá descobriu-se em 1756 ouro nas **Lavras do Médico**:

“Na proximidade de um ribeiro do mesmo nome, que entra na margem direita do Aricá-Açu(...)”³⁶

No entorno das novas lavras formou-se Arraial. Lavras e Arraial tiveram também a denominação de **Nossa Senhora dos Remédios**, invocação introduzida em Portugal por **Trinitários** franceses no século XIII e que tornou-se muito popular em Santarém e Lamego. Em Mato Grosso, não há notícia de outras manifestações dessa devoção mariana, além da ocorrida nas Lavras do Médico, - coincidindo com a fundação da Vila Bela da Santíssima Trindade, nova sede do poder na recém implantada Capitania. Mas o topônimo que permaneceu foi o laico **do Médico** (até hoje).

Nas relações Vila do Cuiabá/Chapada, os acessos que permitiam trânsito de tropas foram vários, com denominações diversificadas, muitas vezes alteradas no decorrer dos tempos. José de Mesquita enumerou, em 1940, o **Quebra Gamela**, o **Portão do Inferno**, o **Manuel Antônio**, o **Capitão Agostinho** e outros bem mais para Sudeste, como **Santa Tereza**, **Ranchão**, **São Vicente** e **Cupim**.³⁷

Mas, além desses acessos, talvez o mais direto e usado pelo menos desde o descobrimento de ouro no ribeirão do Médico em 1756 (ou antes), foi o da **Bocaina**. Dois relatos de “descida” de Chapada para o Cuiabá parecem referir-se a esse acesso. Em 3 de outubro de 1772, o Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres desceu por um caminho situado “*meia légua adiante*” da Aldeia de Santana, - caminho esse que considerou asperosíssimo:

“(...)por conta da súbita descida da montanha para um vale profundo, o que se pratica por meio de uma rampa em ziguezague d’Alincourt altamente perpendicular. Depois de chegar a baixo se passou duas pequenas ribeiras e pelo célebre Arraial do Médico, que noutra tempo foi fertilíssimo em minas de ouro”.³⁸

Em seguida, pernitoiu nas **Lavras do Cristal**.³⁹

Narrando em 1826 o trajeto que fez do Buriti à já então Cidade de Cuiabá, em 1818-1819, Luís d’Alincourt lembrava:

“(...)o engenho do Buriti e junto a ele corre o Ribeirão que forma a principal cabeceira do rio Coxipó-Mirim e caminhando mais meia légua chega-se ao sítio do Monteiro, onde se passa um Ribeirão e além deles marcha-se por

terreno que se eleva de um e outro lado, formando colunas de pedra arenosa e outras muitas peças de arquitetura de gosto Gótico, elegantes e curiosas, que assaz entretêm a vista, todas devidas à escavação das águas no decurso de longos anos; e por aqui se vai descendo suavemente até a **Bocaina da Serra**, onde principia uma ladeira muito íngreme e em voltas, e com a marcha de mais meia légua chega-se ao fim da mesma serra pela raiz da qual corre o **Ribeirão das Lajes** e além passam-se vários outros **Ribeiros** que vão formar o rio **Aricá**.⁴⁰

O ápice desse acesso da **Bocaina** recebeu, a partir de data ainda imprecisa, a denominação de **Tope de Fita**. Pelo menos em **1899** essa denominação estava consagrada, conforme a crônica de Estevão de Mendonça que vai reproduzida a seguir, em *fac-símile* da **Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso**, Anos XXIX-XXX, Tomos LVII-LX, 1947-48. Vão também citados um poema de José de Mesquita, de 1940, e o relato de tradição oral colhido por João Eloy de Souza Neves.

VII "CHAPADA

12 de Outubro de 1899 - Fiz hoje, em companhia de Joaquim de Siqueira, uma visita à velha povoação da Chapada, outr'ora Sant'Ana de Guimarães.

Dizia D. Pedro II que na terra gaúcha se montava a cavalo para pedir fogo ao vizinho. Em Nioac também ocorre cousa igual, e meus irmãos, quando por duas vezes estivemos reunidos na fazenda Canindé, chamavam-me indistintamente de "cuiabano" ou de "bahiano", pela maneira desengonçada e mal segura da minha equitação. Fora do lar paterno desde tenra idade, criado com exageros mimos por meus tios, a Mamãe jamais consentiria que me arriscasse ao tombo de uma sela.

Em verdade, às escondidas, pratiquei algumas travessuras ao meu alcance. Com João Dionizio e Romão da Silva Pereira, meus vizinhos, marinhei pelo mais altos galhos de uma alentada pitombeira que ainda existe, no quintal

da casa em que moravam. Com Joaquim Pereira Ferreira Mendes, aos domingos, aventurava-me à pescaria em canoas amalucadas. Entretanto fugia-me a coragem para montar um cavalo, ainda que pacífico.

Só aos quinze anos, instigado por João Pedro de Arruda, lancei-me à ousada façanha de uma ida ao Coxipó, num baio de aluguel. Depois posso contar os dias em que repeti o esperto desse gênero. Por isso, quando anteontem cheguei ao Jurumirim, além da ponte, pedi logo socorro de uma rede ao morador dessa paragem. Joaquim de Siqueira foi à matula com vontade, enquanto deixei-me ficar deitado e arrependido da excursão.

Prosegui na manhã seguinte, apanhando a estrada da Bocaina. Antigamente galgava-se o planalto por outros caminhos de preferência pela serra carretavel do Magessi. A subida de Quebra-Gamelas, com menor percurso, não permitia o transporte senão para animais sozinhos. A serra da Bocaina, beneficiada pelo comendador João José de Siqueira, distende-se em ziguezagues em parte sob a abóboda de verdura.

Em meio do percurso, rompendo à esquerda a parede de anteparo, aparece uma nascente de águas cristalinas. Mais adiante vê-se uma clareira, donde se precisava a situação de Cuiabá, marcada nos dias limpos pelo galo da igreja da Boa Morte. A temperatura vai mudando gradativamente, e o vento tomando orientação dispar até Tope-de-Fita, quando sopra o norte francamente. É o grande araxá que tem começo.

Pousei no Buriti, afamado sítio de outras áreas, quando a propriedade campeava a região serrana. A decadência salta aos olhos, e se as próprias terras não passaram a mão estranhas, é sem duvida porque ainda vive a principal herdeira, a viúva comendador Siqueira. Existem casas em ruínas, e o velho engenho d'água que tanto contribuiu para o bem estar do antigo dono, guarda a mudez das cousas mortas. Apenas as aguas do Coxipó, que serpeiam em frente, conservam o rithmo de antanho.

De Buriti à freguezia da Chapada a distância é curta, mais ou menos seis kilometros de caminhada sobre a areia solta. Ergue-se à direita a igreja de Sant'Ana, sem torre, atestando pela sua nave ampla um passado que contrasta com o presente. O clima é admirável, e a terra dadivosa, mas a população é pobre e o lugarejo é triste. Exista uma única casa de negócio, a de Nho Lino, com sortimento escasso. Da lavoura de outros tempos, os moradores conser-

vam nos quintais alguns cafeeiros mal cuidados.

Quinco Caldas (coronel Joaquim Sulpicio de Cerqueira Caldas) meu parente, é a pessoa representativa do distrito. Inteligência viva, a sua palestra encanta pelas observações agudas, pelo senso exato e penetrante, cabendo-lhe apreciáveis serviços ao Estado como membro da Assembléia. Reside agora em Capão Seco, e nos encontramos aqui casualmente. Almoçamos juntos, com Joaquim de Siqueira, em casa das Sete Moças, que por signal são três, e bem velhinhas.

De regresso, no trecho da Mata Fria, onde a vegetação é de beleza estonteante, colhi uma braçada de samambaia palmiforme (*Hemitelia setosa* Mettes), que conservo. É uma recordação, e 'recordar' é uma das cousas mais encantadoras desta vida."

"Tope de Fita

José de Mesquita

Da serra da Bocaina, a rude escarpa agreste
galgamos, da alimária aos passos vagarosos.
Ora em meia penumbra, ora ao fulgor celeste,
Coleia a augusta via, entre calhaus fragosos.

De um lado, o paredão que a hera macia veste,
e, de outros, o abismo e os panoramas grandiosos.
Já no "Tope-de-fita", o último esforço investe
por ganhar do altiplano os chapadões famosos.

É a arrancada maior, a mais árdua, a mais dura.
Assim, na vida, quando a ascensão já vencida,
julgamos ter logrado a calma da planura,

surge-nos muita vez, numa última escalada,
novo aclave a vencer, mais íngreme subida,
para o alto atingir da Perfeição sonhada!"

“Contou-me um informante que após extinta a escravatura em 1888, o bispo de Cuiabá prevendo a decadência dos distritos face ao êxodo dos donos de engenhos, mandou que fosse recolhidas as imagens do Santo e as relíquias de maior valor como talheres de ouro e prata, paramentos ornamentados com ouro e diamantes. Veio então uma comissão da Chapada destinada a esse fim, já tinham levado as miudezas faltava só levar a imagem de Sant’Ana, o transporte teria de ser feito por poderosos braços escravos, os negros fabricaram um andor e iam levando a Santa, chegando lá no Tope de Fita ninguém agüentava carregar a Santa, os escravos açoitados gemiam e suavam, mas nada de aguentar o peso, pararam, descansaram, pegaram de novo, desta vez não conseguiram levantar o andor, um deles falou: - Quá! essa santa não que vortá prá Cuiabá, vamos voltar.

Depois disso pregaram de novo andor e já estava mais leve, até que ao pisarem no batente da porta a imagem estava tão leve como uma pena, e dali nunca mais saiu, foi assim que até hoje a imagem de Sant’Ana está na nossa igreja.”

(NEVES, João Eloy de Souza. **Chapada dos Guimarães(...)**)

É interessante frisar que a partir da fundação da Aldeia/Missão de Santana, a expressão toponímica **Chapada** perdeu em parte sua força expressiva, pelo menos nos documentos oficiais. Essa tendência foi acentuada a partir de 1769 quando o terceiro Governador e Capitão General de Mato Grosso, Luis Pinto de Souza Coutinho, fez divulgar as seguintes determinações:

“Luis Pinto de Souza Coutinho, do Conselho de Sua Majestade, Governador e Capitão-General das Capitâneas de Mato Grosso e Cuiabá, etc:

Porquanto sendo expressas as Ordens de Sua Majestade, expedidas na Carta Régia de 8 de agosto de 1759, dirigida ao Conde de Azambuja, Meu predecessor, para que todas as Aldeias de indios e mais estabelecimentos neste Continente se denominassem com os nomes correspondentes às Cidades, Vilas e Lugares de Portugal, de sorte de hajam de mostrar no mesmo apelido o imediato Dominio da Coroa a quem pertencem; e constando-me positivamente por outra parte que às referidas Ordens se não tem dado até agora a sua devida execução: sou servido ordenar que daqui em diante se não denominem nas Cartas ou Escrituras passadas nesta Capitania, as referidas Aldeias, pertencentes a este Estado, se não na maneira seguinte, a saber: (...) E a Aldeia de Santa Ana do Distrito de Cuiabá = Lugar dos Guimarães. Ficando sendo Padroeiros e Protetores das referidas Povoações os mesmos Santos de que haviam tomado a invocação. E para que venha à noticia de todos, Mandeí passar este Bando por Mim assinado e selado com o sinete de Minhas Armas; o qual se lançará o som de caixas e se afixará nas Casas de Minha residência, registrando-se na Secretaria e nas mais partes aonde pertencer. Vila Bela, 14 de março de 1769(...)”⁴¹

Manifestação particular de um processo muito mais amplo, de “lusitanização” das povoações brasileiras, em particular das situadas próximas às fronteiras com os domínios hispânicos na América, o novo topônimo oficial veio sobrepor-se ao originário “Chapada”, embora concedendo co-existência com o “Aldeia de Santana”. É interessante notar aqui, que o topônimo **Abrilongo**, ainda hoje presente no atual Município de Chapada, é também “lusitanizador”, evocando rio do mesmo nome, na região de **Campo Maior** (Vila de Ouguela), fronteira Portugal-Espanha. Merece atenção também a hierarquização precisa que o Bando de Luiz Pinto de Souza Coutinho expressa, ao seqüenciar “Cidades, Vilas e Lugares”: daí a denominação de **Lugar de Guimarães** para a **Aldeia de Santana**.

O Governador Souza Coutinho foi o primeiro a referir, em sua correspondência, o “**Lugar dos Guimarães**”. Mas também funcionários passaram a firmar documentos com o novo topônimo: “Hoje **lugar de Guimarães** e de Março 30 de 1771 anos”.⁴² A sucessão de denominações oficiais, porém, não deixou de gerar referências híbridas, compostas, o que fica claro nos Mapas de População de 1771 a 1783, por exemplo, nos quais ocorrem as seguintes indicações:

- “**Lugar de Guimarães de índios** e seu Distrito” (1771);
- “Missão de índios denominada **Guimarães ou Chapada**” (1780, 1781, 1782, 1783);
- “Lugar dos índios denominado **Santa Ana ou Guimarães**” (1789, 1781, 1782, 1783).

Essas indicações dizem bem das três camadas toponímicas historicamente impostas a um mesmo espaço: é “Chapada”, é “Santa Ana”, é “Guimarães”. Esta última denominação, evidentemente, remetia à **Vila de Guimarães**, do Noroeste de Portugal, considerada “berço da nacionalidade” portuguesa por afirmar-se que nela nasceu D. Afonso Henriques. Originariamente a povoação derivou seu nome de um certo **Vimara Peres**, de possível origem visigótica, que teria “restaurado” **Portugale** no século IX; uma descendente desse **Vimara** de nome **Mumadona**, já no território dos **Vimares**, fundou um convento e o Castelo de São Mamede. No caso o antropônimo de raízes germânicas (gótico **Weig** + **Mahrs** = cavalo/cavaleiros combatentes) cristalizou-se em topônimo (Vimaranes, Uimaranes, Guimarães). No século XII, à

época da autonomia portugalense e subsequente instauração de um reino, **Guimarães** foi sede da Corte, seguida por Coimbra e Lisboa.⁴³

Quais critérios teria adotado o Governador Luis Pinto de Souza Coutinho para atribuir à Aldeia/Missão de Santana da Chapada o topônimo de uma das mais célebres povoações portuguesas, - eis uma questão a ser resolvida. Talvez eventuais semelhanças do relevo chapadense com as históricas “penhas” de Guimarães? Difícil saber. Por ora, apenas é possível observar-se que das 6 novas denominações que o Governador Souza Coutinho atribuiu a fortes, aldeias e arraiais (Bragança, Lamego, Leomil, Guimarães, Amarante e Palmela), apenas uma (Palmela) não enquadrava-se no que se poderia considerar como **Norte** de Portugal. Seria isto um parâmetro?

Passados 10 anos, o Juiz de Fora da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Dr. José Carlos Pereira,

“Por ocasião de certa diligência do Real serviço, havia passado, em Novembro do ano passado (1778) à Missão de Santa Ana(...) Teve ele então ocasião de ver a palhoça na verdade indecentíssima em que se celebravam o santo sacrificio do altar e mais divinos officios; e o mais é que servia de Matriz, por ser a dita Missão freguesia separada, com muitos applicados de fora, além dos indios dela”.⁴⁴

Tendo decidido “erigir uma igreja que houvesse de servir de Matriz” em substituição à “palhoça” que encontrava, retornou o Juiz de Fora à Missão de Santa Ana com “artífices” e constatou existirem nas imediações “paus para toda as qualidades de madeira de que necessitava”. De maio a julho de 1779 fez o Juiz de Fora edificar

“(...)uma formosa igreja coberta de telha, rebocada e caiada com capela-mor, sacristia e casa para os párocos, pegada à mesma igreja. No último deste mês [maio, 1779], em que a igreja reza de Santo Inácio de Loyola, logo de manhã se benzeu a igreja nova com toda a solenidade, na forma de ritual romano, pelo reverendo Vigário da Vara [da Vila do Cuiabá] José Correa Leitão que depois de paramentado o altar, ce-

lebrou a primeira missa que ali se disse. De tarde houve solene e muito pomposa procissão que saiu da igreja à velha palhoça, em que iam as três imagens(...), em seus andores ricamente armados, e ultimamente o Santíssimo Sacramento em Custódia carregada pelo mesmo Vigário debaixo de pálio, assim como os ditos andores, pelas pessoas de melhor distinção e nobreza destas minas(...) e só mencionarei os daqueles que carregavam o andor mais principal, em que ia o orago da Freguesia, a mãe da mãe de Deus e avó de Jesus Cristo, a Senhora Santa Ana, que eram o nosso devoto Ministro, como Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, o Mestre de Campo Comandante Antônio José Pinto de Figueiredo, o Capitão-Mor da Missão, Agapito Leme, que depois de dar uma grande volta se recolheu à Matriz, onde se colocaram em sacrário o Santíssimo Sacramento e as imagens no altar-mór, que era o único que até então tinha, posto na mesma forma em que havia estado na igreja velha, impondo-se a aquela nova igreja o nome e invocação de **Freguesia de Santa Ana do Sacramento**, em cuja contemplação mandou depois o devoto Ministro vir do Rio de Janeiro uma nova imagem da Santa, com cinco palmos de alto, com a menina do lado esquerdo e na mão o Santíssimo Sacramento, cuja colocação até aquele dia não havia e foi um dos principais móveis da sua devoção. Além dos muitos toques de sinos com que se aplaudiu esta grandiosa procissão, houve muitos de trompas, clarins, caixas de guerra e outros mais instrumentos; assim como também muitos tiros de roqueiras dados de um fingido fortim que se armou, para conciliar melhor vista e agrado aos que estavam presentes; na verdade pasmos e alegres do que viam. A procissão não foi somente acompanhada dos homens

de toda a qualidade, como também das pessoas do sexo feminino da primeira nobreza da terra logo atrás do pátio, que continuamente iam derramando lágrimas de gosto, sucesso que também aconteceu aos mesmos homens. No dia seguinte, 1º de Agosto, em que rezava a igreja da sua dedicação, se fez a solenidade da dedicação da nova, de que se trata, da Senhora Santa Ana do Sacramento, pelo nosso religiosissimo Ministro que assistiu, banhado em lágrimas que destilava aquele abrasado coração pelos olhos, à solene missa cantada que houve com o Senhor exposto e sermão(...); a cuja festividade, sem embargo da grande longitude de nove léguas que dista aquela freguesia desta Vila e também da elevada serra que medeia no caminho, em que trabalhosamente se gasta mais de uma hora de viagem, acudiram gentes de todas as partes, classes e qualidades e, o que mais fez admirar, muitas senhoras da primeira nobreza e que até então não haviam ainda viajado maior distância do que a de uma légua quando muito, e até a mesma música se conduziu desta mesma Vila com grande trabalho e despesa. Como esta **Freguesia da Senhora Santa Ana do Sacramento** é do Padroado da Coroa, até parece que foi providência misteriosa chegarem a estas minas já quase nas vésperas da festa os retratos das Majestades reinantes, D. Maria e D. Pedro, nossos senhores para assistirem a ela, como sucedeu, porque, tendo o Senado da Câmara desta Vila [Cuiabá] mandado vir os ditos retratos para os colocar na casa da dita Câmara, antes que assim se verificasse foram a aquela Missão e lá se os puseram na igreja, nos lados de uma e outra banda do arco da capela-mór e por cima do dito arco a imagem da Santa, com a custódia na mão(...) Como o fervor do nosso devoto pro-

tetor era bastante excessivo, passou do festejo da igreja ao profano com uma excelente cavalhada, que satisfez muito aos expectadores, e outros festins de representação com que também se alegraram".⁴⁵

É possível que futuras pesquisas venham a revelar relações culturais tão ou mais significativas entre a Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e a Chapada, no século XVIII. Até o momento, porém, as provas documentais que sustentem tais relações ainda não foram identificadas. O fascínio, contudo, da transcrição feita acima, não deveria obscurecer mais um novo detalhe no processo de denominações formais historicamente elaboradas e apostas à Chapada: com a nova Matriz, outra inflexão, agora quanto à Padroeira: **Freguesia de Santa Ana do Sacramento**. A nova imagem de Santa Ana substituirá, simbolicamente, a catequese pela síntese/custódia do Santíssimo Sacramento, Mistério Maior.

Em 1781 o Dr. José Carlos Pereira,

"(...)ainda se demora nestas minas porque quer ver concluidas as causas de suas fadigas(...), de sorte que [o templo] de Santa Ana do Sacramento já está acabada de todo a obra projetada, e até a do excelente adro que lhe fez, todo empregado de seixos roliços conduzidos com bestas desde o rio Coxipó, que dista da Missão seis léguas e com o grave incômodo de subir a serra; porém, como lhe falta o douramento dos altares, arco e tudo o mais que é de talha, assim como a pintura de tudo o que se acha em forro liso, não sossega enquanto não dá as providências para a sua efetiva conclusão. Tinha vindo das minas de Goiás para estas, justo pelo Capitão de Cavalos José Pereira Nunes, o mestre dourador e pintor João Marcos Ferreira para dourar o retábulo da capela-mór da Matriz desta Vila [Cuiabá], em cuja obra se achava trabalhando: aproveita-se da ocasião do nosso devoto protetor e fundador a ajusta com ele todo o douramento e pintura de que precisasse o templo de Santa Ana do Sacramento, de que logo se lavrou escritura pública".⁴⁶

Essa escritura permite obter-se um vislumbre do interior da Matriz de Santa Ana do Sacramento.

Nas especificações do documento fica claro que as **portas externas** do templo (e mesmo as internas) eram **oleadas** - mas não é possível discernir sua coloração. Adentrando-se o templo, deparava-se com o **Tapavento** (que ainda existe), pintado, com suas talhas em relevo pintadas em amarelo. Seus "lisos" pintados de **cor pérola**. Um primeiro impacto de luz e cor claras, irradiando dessa "cortina de madeira". As entradas à esquerda e à direita do **Tapavento**, por baixo do coro, tinham tetos pintados de branco, com cimalhas aparentes pintadas de **pedra fingida** e coloridas.

O **Batistério**, a seguir, tinha seu teto pintado de **branco**, com uma **pomba** pintada no centro do teto, pomba essa "cercada de nuvens"; a cimalha do teto do Batistério era também pintada de "pedra fingida"; ao rés do chão o Armário dos Santos Óleos e a Pia Batismal tinham suas talhas em madeira **douradas**. O **Coro** tinha seu "forro de baixo" pintado de **branco** e esse forro era dividido em três painéis, sendo que no centro do painel do meio emergia uma **tarja** ou escudo; as molduras desse painel do meio eram pintados em fingidas **pedras de cores**, o que se repetia no Arco do meio do Coro. O **Corpo da Igreja** ou **Nave Central** tinha o teto pintado em cor pérola, com painéis emoldurados em **dourado**; no meio do teto colocava-se uma **tarja** ou escudo pintado de **cores**, com as **Reais Armas** de Portugal, com as quinas e os 5 pequenos escudos internos todos **dourados**; a cimalha da Nave Central era também pintada "**fingindo pedra**".

Os **Altars colaterais** foram pintados e **dourados**; seus camarins ou nichos tiveram o arremate superior ou sanefa providos com **filetes dourados** e o restante com "fingimento de seda", sendo seus painéis enquadrados com molduras **douradas**. Os **Púlpitos** tiveram os guarda-pós com talha **dourada** e as "partes lisas" pintadas em cor **pérola**. As **Tribunas** tinham balaústres pintados em **pérola** com filetes **dourados**, sendo a "talha levantada" e as sanefas **douradas**. **Florões** eram **dourados**, com suas "partes lisas" pintadas em cor **pérola**. Os **Confessionários** tinham "fingimento em raiz de Oliveira", com molduras pintadas em cor **pérola**. A **Sacristia** tinha seu teto pintado em **branco**, com **tarja** no meio, ficando a cimalha pintada em "**pedra**", a talha do lavatório da Sacristia era pintada em **pedra fingida**; e os **delfins** que forma-

vam os dois esguichos eram **dourados**. Os **Túmulos** foram pintados em cor **preta**, com letras **douradas**. O **presbitério** foi pintado em **pedra**. O **Arco da Capela Mór** foi pintada em **pérola**, tendo suas molduras douradas. Os **degraus do Altar Mór** foram pintados em **pedra**. As **Mesas de Credências** tiveram filetes **dourados**. O **Altar Mór** foi pintado em **seda pérola**, com detalhes **dourados**. O **Retábulo Mór** foi todo **dourado**, com molduras fingindo **pedra azul** e as outras “partes necessárias” pintadas em cor **pérola fechada**; as **colunas** tiveram seus “lisos” **dourados** e as “meias canas” pintadas em **pedra**; os **nichos laterais** tiveram suas talhas **douradas**, com cortinas “fingindo damasco”. A talha da **Custódia** foi **dourada**, com detalhes em **pedras de cores**.⁴⁷

Apesar de certamente imperfeita esta descrição, dela fica a imagem de um ambiente interno da igreja muito colorido e claro, com forros e adereços como tarjas, escudo Real etc. que o tempo e a incúria destruíram. Impressiona a forte presença da cor **pérola** e a policronia das “**pedras fingidas**”, do **damasco**, - além, evidentemente, do **dourado** e do **branco**. A presença do **Escudo Real** ou “Armas de Portugal” no teto da **Nave Central**, frisava a condição de “igreja do Padroado”.

Em 1787 a “Igreja Matriz de Santa Ana do Sacramento do Lugar de Guimarães” era sucintamente aprovada por visitador eclesiástico:

*“(...)tem Sacrário, Batistério, Ornamentos suficientes das quatro cores(...)”*⁴⁸

A nova denominação, “Santa Ana do Sacramento”, derivada como já foi visto da edificação da Matriz, passou a explicitar-se nos documentos oficiais: Mapas de população de 1794 refere o “Distrito da Freguesia de **Santana do Sacramento**”.⁴⁹ Desaparece por vezes o “**Lugar de Guimarães**”.

Por outro lado, já em 1796, ainda uma outra denominação foi firmando-se, aparentemente ligada a uma diferenciação entre os Engenhos de açúcar e aguardente do rio Cuiabá “acima” e “abaixo” e os de “**Serra Acima**”. Esta última expressão irá consolidando uma espécie de topônimo, tendente ao uso generalizado. Mesmo em documentos oficiais a expressão infiltra-se, instala-se. Tanto, que no Mapa da população de 1815, não há “Chapada”, não há “Santana”, não há “Guimarães” - há **Serra Acima**. A extensão no uso da

denominação “Serra Acima” por parte da população de Cuiabá e de Chapada parece ter atingido pelo menos os meados dos anos 1930. É de 1931-1932 um dos mais importantes estudos sobre a Chapada oitocentista, o artigo que José de Mesquita estampou nos Tomos XXV-XXVIII da **Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso**, - justamente com o título “Grandeza e Decadência de **Serra Acima**”. Oito anos depois, o mesmo Mesquita apresenta comunicação ao IX Congresso Brasileiro de Geografia com o título que manifesta à primeira vista ruptura toponímica: **A Chapada Cuiabana, Seu Passado - Seu Presente**, - mas que no subtítulo recua: (**Ensaio de Geografia Humana e Econômica acerca da Serra Acima**).

Está ainda a merecer investigação mais detalhada a mudança na denominação de Chapada, que ocorre nos anos de 1940. Pois o Decreto-Lei nº 545, de 31-12-1843, publicado no Diário Oficial da mesma data, estabelece formalmente como nome do então Distrito, “Chapada dos Guimarães”, anexando em nota (nº 17) a observação: “Denominação dada ao distrito, em substituição à de Chapada **do** Guimarães”. Parece evidente que ocorreu aí erro de impressão e falha de revisão. Quanto ao engano da nota, não há o que discutir, mas fica a dúvida sobre esse “**do**”: serie “**de**”? seria “**dos**”? No Diário Oficial de 5 de maio de 1944, o Decreto-Lei nº 545 é reeditado, com alteração quanto à denominação do Distrito. Continua a ser “Chapada **do** Guimarães”, mas em nota (também de nº 17) esclarece - “Denominação dada ao distrito, em substituição à de **Chapada**”. Cerca de um mês depois, complemento ao Decreto-Lei é publicado no Diário Oficial de 8 de junho de 1944, afirmando no Anexo 2, quanto à “Divisões interdistritais”, que o nome do Distrito é “Chapada **dos** Guimarães”. E foi com esse nome que o Distrito tornou-se Município, através da Lei nº 701 de 15 de dezembro de 1953, publicada no Diário Oficial de 17 do mesmo mês e ano:

“Elevada à categoria de Município da Chapada dos Guimarães, o distrito desse nome(...)”⁵⁰

Unia-se assim em uma denominação única, dois topônimos coloniais: a “**Chapada**” e o “**Guimarães**”. A análise dessa união também ainda está por ser feita. Mas algumas observações rápidas podem ser formuladas.

Em primeiro lugar, o uso da expressão “**dos** Guimarães” não ocorre

nos documentos oficiais, nos estudos e nos relatos anteriores à década de 40 do século XX. É assim que por exemplo, Luís d'Alincourt que aqui esteve vários anos, entre 1819 e 1827, usou sempre em seus escritos "serra da Chapada".⁵¹ O mesmo ocorreu com Hercules Florence: "Cidade de Guimarães, "Vila de Guimarães".⁵² Contudo, na edição de 1977 de seu relato de viagem, Cláudia de Vasconcelos Marino, em nota nº 102 ao texto original, emprega "Chapada dos Guimarães" - sem nada comentar sobre a diferença.⁵³ Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, teve uma de suas obras mais amplas sobre Mato Grosso aparentemente submetida a revisões de época. Tanto os "Apontamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso" quanto os "Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso" foram estampados na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Com uma diferença, porém: A primeira obra foi publicada no volume 47 da **Revista**, em 1884; a segunda foi publicada no volume 205, em 1949. Essa diferença temporal determinou (é quase certo) correções na toponímia dos "Apontamentos Cronológicos", publicados após os adendos de 1944 ao Decreto-Lei nº 545. Tanto mais deve ter sido assim, que a obra publicada em 1884 não se refere uma única vez a expressão "**dos Guimarães**"; afirma, sim, "Nossa Senhora da Chapada", "a Serra", "Sant'Ana da Chapada". Já a obra publicada em 1949 refere, pelo menos duas vezes, "Chapada **dos Guimarães**" e "Sant'Ana **dos Guimarães**", - ao mesmo tempo em que afirma "aldeia de Guimarães ou Santana", "distrito de Santana **ou Guimarães**", "Missão de Santana da Chapada, no **lugar de Guimarães**". A confirmação definitiva de uma "atualização desta obra de Leverger está a depender do acesso ao seu manuscrito original. José de Mesquita falou em "Serra Acima", "Chapada", "Santana do Sacramento", e até em "Chapada de Guimarães" - não afirmou o "**dos Guimarães**". Para encurtar estas observações prévias, é adequado frisar que Virgílio Correa Filho, em sua monumental **História de Mato Grosso**, publicada em 1969, mas certamente concluída em fins dos anos 1950 (portanto após a elevação de Chapada a município), só emprega a expressão "Santana **dos Guimarães**" uma vez, e ainda assim ao transcrever trechos dos "Apontamentos Cronológicos..." de Leverger, a obra publicada em 1949 e quase que com absoluta certeza "revisita" no que respeita ao topônimo aqui em discussão. É o caso de indagar-se por que Virgílio Correa Filho, em obra concluída e publicada após a formalização

da denominação "Chapada dos Guimarães" não adotou essa denominação? Decisivamente, resta ainda esclarecer o processo de formalização da atual denominação da Chapada.

Mas é digno de nota, por outro lado, que as várias formalizações oficiais de denominações e seu diversificado uso entre governantes e "letrados", desde 1751, não eliminaram a denominação mais natural, mais antiga, mais sintética e familiar: **Chapada**. Ainda neste fim de século, passados já 50 anos da última formalização toponímica, - indiferente a Ordens, Bandos, Decretos e Leis, livros e jornais, placas e folhetos de turismo, a maioria das pessoas insiste, em seu falar cotidiano, no uso do termo secular: **Chapada**.

Neste ponto de chegada provisória, retoma-se revisitado, o ponto de partida.

NOTAS

- 1 Trabalho originalmente organizado e publicado (1994) pela ACRIMAT, tendo sua reprodução, no presente periódico, se dado com consentimento do autor e sem as ilustrações constantes do original.
- 2 Professor da Universidade Federal de Mato Grosso, Doutorando em História pela USP e Assessor da Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso.
- 3 Este título foi elaborado a duas cabeças e a quatro mãos: agradeço a Jurandir Spinelli.
- 4 PIRIÉ, Jean, *Découvertes des sites rupestres et de matériel lithique dans le Mato Grosso au Brésil* Paris, Musée de l'Homme/École Pratique des Hautes Études, 1984.
- 5 WUST, Imhild. "The Eastern Bororo see from an archaeological perspective" Nova Friburgo, Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, 1989. Da mesma autora "Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etnohistóricas para estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo: o caso Bororo" *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, vol. 2, 1992.
- 6 TAUNAY, Afonso de E. *Relatos sertanistas*. São Paulo/Belo Horizonte, Ed. USP/Itatiaia, 1981, pp. 209-210.
- 7 SIQUEIRA, Pe. José Manuel de "Memória a respeito do descobrimento dos Martírios", apud TAUNAY, Afonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*, Tomo X, São Paulo, Ed. Museu Paulista, 1949, p. II, p. 24.
- 8 O. cit., p. 350.
- 9 JESUS, Antonio João de e LIMA, José Guilherme A., o. cit., Cuiabá, UFMT/Museu Rondon, 1989.
- 10 SÁ, José Barbosa de, *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*, Cuiabá, UFMT/SEC-MT, 1975, p. 11.
- 11 SÁ, José Barbosa de. o. cit., p. 13
- 12 Melgaço, Barão de. "Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 205, 1949, pp. 214-215. Em outra obra, os "Apontamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso" (publicado em 1884 na mesma *Revista*, cf. p. 386), Leverger mantém a mesma versão, mas acrescenta a localização de **Forquilha**: "margem do Coxipó-Mirim, 6 ou 7 léguas acima da sua foz". Estevão de Mendonça segue Leverger. Veja-se *Datas Mato-Grossenses*, vol. I, Cuiabá, Governo do Estado de Mato Grosso, 2ª ed., 1973, pp. 100-101. É interessante observar que Mendonça, tratando na mesma obra o ano de 1719, relata "o descobrimento das minas do **arraial de N. S. da Penha de França**" e, transcrevendo o "aranzel" de 8 de abril, escreve "neste arraial de Cuiabá" - o que pode reforçar equívocos (veja-se p. 170).

- 13 Livro de Registro nº 2, fº 76 Mss., Arquivo Público do Estado de São Paulo, Uma transcrição um tanto truncada desta Carta de Sesmaria figura como Anexo IV da monografia de Especialização de MATTOS JUNIOR, Jorge Belfort. **A ocupação da Chapada dos Guimarães no período colonial**, Dat., Cbá-UFMT, 1983. Embora sem datação precisa, o pioneirismo de Antonio de Almeida Lara da UFMT, 1980. Certamente por lapso de impressão, refere à p. 20 Antonio da Silva Lara, o que é incorreto; algumas publicações oficiais, inclusive destinadas à rede escolar estadual, seguem citando o "Antonio da Silva Lara".
- 14 CORREA FILHO, Virgílio. **À cata de ouro e diamantes**. (Monografias Cuiabanas, vol. III). Rio, Ed. Paulo, Pongetti & Cia, 1926, pp. 8-9. FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil - Séculos XVI-XVII-XVIII**, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 200.
- 15 MESQUITA, José de "Grandeza e Decadência de Serra Acima", **Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso**, Tomos XXV-XXVIII, 1931-1932, pp. 41-42.
- 16 Carta de Sesmaria (...); Cuiabá, 23-1-1727; Livro de Registro nº 2, fº 111, mss., Arquivo do Estado de São Paulo.
- 17 LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. **Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica**, Tomo I, São Paulo/Belo Horizonte, Ed. USP/Itatiaia, 1980, 5ª. ed. p. 193.
- 18 MENDONÇA, Rubens de. "A propriedade Territorial no Brasil (Mato Grosso)". **Revista do Instituto de Mato Grosso**, nºs 49-52, 1943-1944.
- 19 O Arraial foi elevado a Vila no dia 1º de janeiro de 1727.
- 20 CAMELO, João Antonio Cabral. **Notícias práticas das minas de Cuiabá (...)**. Cuiabá, UFMT/SEC-MT, 1975, p. 15.
- 21 SÁ, José Barbosa de. **Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso, de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá, UFMT/SEC-MT, 1975, p. 21 SIQUEIRA, Joaquim da Costa. "Crônicas do Cuiabá". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol. IV, 1898-1899, P. 49
- 22 FONSECA, José Gonçalves da. "Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá: Estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo XXIX, Parte I, p. 389.
- 23 FARIA, João Barbosa de. "Limites Orientais de Mato Grosso (...) - Parte I". **Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso**, Ano II, Tomo III, 1920, p. 55.
- 24 SÁ, José Barbosa de. **Relação...**, cit.
- 25 V. nota 17
- 26 Rodrigo César de Menezes a Domingos da Silva Monteiro, Provedor do Registro do rio Grande; São Paulo, 24-5-1723 in: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**, vol. XX, Arquivo do Estado de São Paulo, 1896, p. 65. Rodrigo César de Menezes ao Vice Rei; São Paulo, 18-1-1726 in Idem, idem, p. 211.
- 27 ARRUDA, Elmar Figueiredo. **Formação do Mercado Interno em Mato Grosso**. Diss. Mestr., São Paulo, PUC/SP, 1987, ex. dat.
- 28 CAMELO, J. A. Cabral. **Notícias práticas...**, cit., p. 15
- 29 "Anal de Vila Bela da Santíssima Trindade (...)" **Revista do Arquivo Público de Mato Grosso**. vol. 1, nº 2, set/1982-fev/1983, p. 56.
- 30 REBELO, Gervásio Leite. "Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmº Sr. Rodrigo César de Menezes, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo e suas minas, descobertas no tempo do seu governo e nele mesmo estabelecidas"; em Cuiabá, 1º de fevereiro de 1727. in TAUNAY, Afonso de E. **Relatos Monçoeiros**. São Paulo/Belo Horizonte, Ed. USP/Itatiaia, 1981, p. 116.

- 31 Ouvidor da Comarca do Cuiabá João Gonçalves Pereira ao Rei; Rio Cuiabá, 1º-9-1737, mss., Avulsos, Lata 1683-1755, Arquivo Público de Mato Grosso.
- 32 A base documental para as indicações feitas nesta passagem está em Mesquita, José B. de. "(Fase Colonial) (1736 a 1744) - Assentos de Batismo de Cuiabá (...)". **Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso**, anos XVII-XIX 1936-1937, Tomos XXXV-XXXVIII, pp. 39-174. Sobre a situação atual no Coxipó do Ouro/Arraial dos Freitas, recebi tais informações de técnicos da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, durante duas reuniões que realizamos para discutir o então projeto Memorial da 1ª Missa no Arraial da Forquilha.
- 33 MESQUITA, José B. de. o. cit., MESQUITA, José B. de. "Celeiros de Cuiabá" in MESQUITA, José B. de. **Gente e coisas de Antanho**. Cuiabá, Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMEC/DCT, "Cadernos Cuiabanos", História - nº 2, 1978, p. 236.
- 34 Livro nº 2, mss., Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.
- 35 "Termo da Junta que se fez para a determinação do sitio em que se devia fazer a Aldeia dos Padres da Missão"; Cuiabá, 9-5-1751; **Revista do Arquivo Público de Mato Grosso**, vol. 1, nº 2, set/1982 - fev/1983, pp. 65-67. Carta de D. Antonio Rolim de Moura ao Rei; Vila Bela da Santíssima Trindade, 27-1-1754; **Revista do Arquivo Público de Mato Grosso**, cit.
- 36 D. Antonio Rolim de Moura ao Rei; Cuiabá, 17-7-1751; mss., Livro de Registro da Secretaria de Governo, 1750-1767, fºs. 13 e 13v, Arquivo Público de Mato Grosso.
- 37 SIQUEIRA, Joaquim da Costa "Crônicas...", cit., pp. 196-197.
- 38 LEVERGER, Augusto. "Apontamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso", **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo XLVII, Parte II, pp. 423 e 466. Carta de D. Antonio Rolim de Moura Tavares a Tomé Joaquim da Costa Corte Real; Vila Bela, 24-11-1757; idem, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado; Vila Bela, 14-12-1758; in PAIVA, Ana Mesquita Martins de e outros. **D. Antonio Rolim de Moura - Primeiro Conde de Azambuja (correspondência)**, vol. 3, Cuiabá, UFMT-NDIHR, 1983, pp. 101 e 199. SÁ, José Barbosa de. o. cit., p. 48. SIQUEIRA, Joaquim da Costa, "Crônicas...", cit., p. 127.
- 39 MESQUITA, José de. "Grandeza e Decadência...", o. cit.
- 40 "Descrição da viagem feita por Luís de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres quando foi tomar conta da Capital de Mato Grosso (1772)" apud FREYRE, Gilberto. **Contribuição para uma Sociologia da Biografia - O exemplo de Luís de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII**, Cuiabá, Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978, p. 250 e 278.
- 41 D'ALINCOURT, Luis - **Memórias sobre a Viagem de Porto de Gaúchos à Cidade de Cuiabá**. São Paulo/Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia, 1975, p. 154.
- 42 LIVRO de Registro nº C16, 1769-1814, mss., fºs 12v e 13, Arquivo Público de Mato Grosso.
- 43 Carta de Luis Pinto de Souza Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado; Cuiabá, 23-09-1769. **Revista do Arquivo Público de Mato Grosso**, vol. 1, nº 2, cit., p. 75. Carta de João Batista de Carvalho a Luis Pinto de Souza Coutinho, idem, p. 81.
- 44 SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. Lisboa, Publicações Europa-América, 1979, p. 42. NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Tomo II, Rio, Livraria Francisco Alves Ed., 1952, p. 133. MATTOSO, José. **Fragmentos de uma composição medieval**. Lisboa, Estampa, 1987.
- 45 SIQUEIRA, Joaquim da Costa "Crônicas...", cit., p. 194.
- 46 SIQUEIRA, Joaquim da Costa "Crônicas", cit., p. 200.
- 47 Idem, idem, p. 213.

- 48 TRASLADO..., mss., série Processos Judiciais, Cx. 90, Proc. 1144, Arquivo Público de Mato Grosso.
- 49 LIVRO n°2, mss., Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.
- 50 MAPA..., mss., lata 1794A, Arquivo Público de Mato Grosso.
- 51 D'ALINCOURT, Luis "Resultado dos trabalhos e indicações estatísticas da Provincia de Mato Grosso (...)", cit.
- 52 FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas (...)** São Paulo, Museu de Arte de São Paulo, Assis Chateaubriand, 1977.
- 53 FLORENCE, Hercules. cit., nota 102.